

Renato Marcão

Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo. Mestre em Direito Penal, Político e Econômico. Professor convidado no curso de pós-graduação em Ciências Criminais da Rede Luiz Flávio Gomes e em cursos de pós-graduação promovidos por diversas Escolas Superiores do Ministério Público e da Magistratura Nacional. Membro da Association Internationale de Droit Pénal (AIDP), do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim), do Instituto de Ciências Penais (ICP) e do Instituto Brasileiro de Execução Penal (IBEP).

# CURSO DE PROCESSO PENAL

2014



Rua Henrique Schaumann, 270, Cajuquinha César — São Paulo — SP  
CEP 05413-909

PABX: (11) 3613-3000

SACJUR: 0800 055 7688

De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30

saraivajur@editorasaraiva.com.br

Acesse: [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

#### FILIAIS

##### AMAZONAS/RONDÔNIA/RORAIMA/ACRE

Rua Costa Azevedo, 56 — Centro

Fone: (92) 3633-4227 — Fax: (92) 3683-4782 — Manaus

##### BAHIA/SERGIPE

Rua Agripino Dória, 23 — Brotas

Fone: (71) 3381-5854 / 3381-5895

Fax: (71) 3381-0959 — Salvador

##### BAURU (SÃO PAULO)

Rua Monsenhor Claro, 2-55/2-57 — Centro

Fone: (14) 3234-5643 — Fax: (14) 3234-7401 — Bauru

##### CEARÁ/PIAUÍ/MARANHÃO

Av. Filomeno Gomes, 670 — Jacarecanga

Fone: (85) 3238-2323 / 3238-1384

Fax: (85) 3238-1331 — Fortaleza

##### DISTRITO FEDERAL

SIA/SUL Trecho 2 Lote 850 — Setor de Indústria e Abastecimento

Fone: (61) 3344-2920 / 3344-2951

Fax: (61) 3344-1709 — Brasília

##### GOIÁS/TOCANTINS

Av. Independência, 5330 — Setor Aeroporto

Fone: (62) 3225-2882 / 3212-2806

Fax: (62) 3224-3016 — Goiânia

##### MATO GROSSO DO SUL/MATO GROSSO

Rua 14 de Julho, 3148 — Centro

Fone: (67) 3382-3682 — Fax: (67) 3382-0112 — Campo Grande

##### MINAS GERAIS

Rua Além Paraíba, 449 — Lagoa Nova

Fone: (31) 3429-8300 — Fax: (31) 3429-8310 — Belo Horizonte

##### PARÁ/AMAPÁ

Travessa Apinagés, 186 — Batista Campos

Fone: (91) 3222-9034 / 3224-9038

Fax: (91) 3241-0499 — Belém

##### PARANÁ/SANTA CATARINA

Rua Conselheiro Laurindo, 2895 — Prado Velho

Fone/Fax: (41) 3332-4894 — Curitiba

##### PERNAMBUCO/PARAÍBA/R. G. DO NORTE/ALAGOAS

Rua Corredor do Bispo, 185 — Boa Vista

Fone: (81) 3421-4246 — Fax: (81) 3421-4510 — Recife

##### RIBEIRÃO PRETO (SÃO PAULO)

Av. Francisco Junqueira, 1255 — Centro

Fone: (16) 3610-5843 — Fax: (16) 3610-8284 — Ribeirão Preto

##### RIO DE JANEIRO/ESPIRITO SANTO

Rua Visconde de Santa Isabel, 113 a 119 — Vila Isabel

Fone: (21) 2577-9494 — Fax: (21) 2577-8867 / 2577-9565 — Rio de Janeiro

##### RIO GRANDE DO SUL

Av. A. J. Renner, 231 — Farrapos

Fone/Fax: (51) 3371-4001 / 3371-1467 / 3371-1567 — Porto Alegre

##### SÃO PAULO

Av. Antártica, 92 — Barra Funda

Fone: PABX (11) 3616-3666 — São Paulo

ISBN 978-85-02-21820-8

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Marcão, Renato

Curso de processo penal/Renato Marcão. — São Paulo:  
Saraiva, 2014.

Bibliografia.

1. Processo penal 2. Processo penal — Brasil I. Título.

13-11792

CDU-343.1

Índice para catálogo sistemático:

1. Processo penal: Direito penal 343.1

*Diretor editorial Luiz Roberto Curia*

*Gerente editorial Thais de Camargo Rodrigues*

*Assistente editorial Poliana Soares de Albuquerque*

*Produtora editorial Clarissa Boraschi Maria*

*Arte, diagramação e revisão Know-how Editorial*

*Serviços editoriais Kelli Priscila Pinto*

*Surane Vellenich*

*Produção gráfica Marli Rampim*

*Impressão Gráfica Salesianas*

*Acabamento Gráfica Salesianas*

Data de fechamento da edição: 21-1-2014

Dúvidas?

Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva.

A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

## SUMÁRIO

<i>Apresentação</i> .....	43
---------------------------	----

CAPÍTULO 1  
INTRODUÇÃO

1. Conceito de Direito.....	45
2. Origem e Missão do Direito Penal.....	46
3. Breve Desenvolvimento Histórico da Pena Criminal.....	47
4. Necessidade de Regras Procedimentais Democráticas.....	49
5. Direito de Punir.....	50
6. Jurisdição.....	51
7. Processo.....	51
8. Procedimento.....	52
9. Atos Processuais.....	53
10. Relação Jurídica Processual.....	54
11. Direito Processual Penal.....	54
12. Finalidades do Processo Penal.....	55
13. Princípios do Processo Penal.....	56
14. Sistemas de Processo Penal.....	80
14.1. Classificação.....	80
14.1.1. Sistema inquisitivo.....	81
14.1.2. Sistema acusatório.....	81
14.1.3. Sistema misto.....	82
14.2. Sistema adotado no Brasil.....	82

CAPÍTULO 2  
FONTES DO DIREITO PROCESSUAL PENAL  
E INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL

1. Fontes do Direito Processual Penal.....	85
--	----

## I 2 CURSO DE PROCESSO PENAL

1.1. Conceito.....	85
1.2. Classificação.....	85
1.3. Fontes materiais .....	86
1.4. Fontes formais .....	86
1.5. Doutrina, jurisprudência e analogia.....	88
2. Interpretação da Lei Processual Penal.....	88
2.1. Espécies de interpretação .....	90
2.2. Interpretação autêntica.....	90
2.3. Interpretação doutrinária .....	91
2.4. Interpretação judicial.....	91
2.5. Interpretação gramatical ou literal.....	91
2.6. Interpretação lógica ou teleológica.....	91
2.7. Interpretação histórica .....	92
2.8. Interpretação sistemática .....	92
2.9. Interpretação declarativa, restritiva e extensiva.....	92
3. Analogia e Interpretação Analógica.....	93
4. Diferença entre Interpretação Extensiva e Analogia.....	94

## CAPÍTULO 3

## LEI PROCESSUAL PENAL NO ESPAÇO

1. Noções Introdutórias.....	95
2. Lei Processual Penal no Espaço.....	95
3. Atos de Cooperação Internacional .....	96
4. Leis de Organização Judiciária .....	97
5. Lugar da Infração Penal.....	97
6. Tratados, Convenções e Regras de Direito Internacional .....	97
7. Tensão entre Regras Dispostas em Tratados Internacionais e o Direito Interno.....	100
8. Regras sobre Proteção a Direitos Humanos .....	100
9. Crimes de Responsabilidade Praticados pelo Presidente da República, Ministros de Estado e do Supremo Tribunal Federal .....	101
10. Imunidades Parlamentares.....	101
10.1. Imunidades parlamentares durante estado de sítio .....	104
11. Imunidade Diplomática/Consular.....	104
12. Processos de Competência da Justiça Militar.....	105
13. Processos da Competência de Tribunal Especial.....	106
14. Processos por Crimes de Imprensa.....	106
15. Aplicação Subsidiária do CPP.....	107

## CAPÍTULO 4

## LEI PROCESSUAL PENAL NO TEMPO

1. <i>Vacatio Legis</i> e Vigência .....	108
2. Revogação .....	109

3. Repristinação.....	109
4. Princípio <i>Tempus Regit Actum</i> e Princípio da Incidência Imediata.....	110
5. Norma de Natureza Mista.....	111

## CAPÍTULO 5

### INQUÉRITO POLICIAL

1. Persecução Penal.....	113
2. Polícia Judiciária.....	114
3. Inquérito Policial.....	115
3.1. Conceito, finalidade e natureza jurídica.....	115
3.2. Destinatários.....	117
3.3. Características do inquérito policial.....	117
3.3.1. Oficialidade.....	117
3.3.2. Autoridade.....	117
3.3.3. Oficiosidade.....	118
3.3.4. Obrigatoriedade.....	118
3.3.5. Materialização na forma escrita.....	119
3.3.6. Ausência de ampla defesa e contraditório pleno.....	119
3.3.7. Indisponibilidade.....	120
3.3.8. Sigiloso.....	121
3.3.8.1. Organização criminosa.....	125
3.3.9. Procedimento prescindível.....	126
3.3.10. Função asseguradora.....	127
4. Competência.....	127
5. Valor Probatório.....	129
6. Vícios ou Irregularidade no Inquérito Policial.....	130
7. Instauração do Inquérito.....	131
7.1. Justa causa para instauração de inquérito.....	134
7.2. <i>Notitia criminis</i> .....	135
7.3. <i>Delatio criminis</i> .....	136
7.3.1. Formas de delação.....	137
7.3.2. Delação anônima.....	138
7.4. Instauração visando apuração de delito de ação penal pública incondicionada.....	139
7.5. Instauração a requerimento do ofendido.....	140
7.6. Instauração para apuração de delito de ação penal pública condicionada.....	141
7.6.1. Delito de ação penal pública condicionada à representação.....	142
7.6.1.1. Representação do ofendido.....	142
7.6.1.2. Retratação da representação.....	143
7.6.2. Delito de ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça.....	143

7.6.2.1. Destinatário da requisição do Ministro da Justiça.....	143
7.6.2.2. Requisição Ministerial <i>versus</i> requisição Ministerial .....	144
7.6.3. A autoridade judiciária e o Ministério Público podem requisitar instauração de inquérito de ação penal pública condicionada?.....	144
7.7. Instauração visando apuração de delito de ação penal privada .....	145
7.8. Instauração em razão de flagrante delito .....	145
7.9. Instauração de inquérito para apuração de infração penal de menor potencial ofensivo.....	146
8. Diligências .....	146
8.1. Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal .....	148
8.2. Preservação do local .....	148
8.3. Apreensão de objetos .....	150
8.3.1. Busca e apreensão realizada em escritório de advocacia .....	151
8.4. Oitiva do ofendido .....	152
8.5. Identificação e oitiva do investigado.....	154
8.5.1. Oitiva de investigado menor de 21 anos.....	156
8.5.2. Oitiva do investigado no auto de prisão em flagrante .....	157
8.6. Reconhecimento de pessoas e coisas .....	157
8.6.1. Reconhecimento fotográfico .....	157
8.7. Acareações .....	158
8.8. Exame de corpo de delito e outras perícias.....	159
8.9. Averiguação da vida pregressa do investigado.....	160
9. Oitiva de Testemunhas .....	160
10. Reprodução Simulada dos Fatos.....	162
11. Interceptação Telefônica.....	164
12. Leis Especiais .....	166
12.1. Lei Maria da Penha.....	166
12.1.1. Representação da ofendida .....	168
12.2. Lei de drogas .....	168
12.3. Lei de combate ao crime organizado .....	169
13. Incomunicabilidade.....	169
14. Indiciamento.....	170
14.1. Lei n. 9.034/95 (Lei de combate ao Crime Organizado) .....	172
14.2. Lei n. 9.613/98 (Crimes de Lavagem de Dinheiro) .....	172
14.3. Lei n. 12.037/2009 (Regula a Identificação Criminal) .....	172
14.4. Membros do Ministério Público, da Magistratura e da Defensoria Pública.....	173
14.5. Indiciamento tardio .....	174
15. Prazo para Conclusão do Inquérito.....	175
15.1. Prazos especiais .....	176

15.2. Contagem do prazo.....	176
15.3. Prorrogação do prazo .....	178
15.3.1. Investigado preso .....	178
15.3.2. Investigado solto .....	179
15.3.3. O Ministério Público e o pedido de prorrogação de prazo .....	179
15.3.4. O juiz frente ao pedido de prorrogação de prazo.....	179
15.3.4.1. Investigado preso .....	179
15.3.4.2. Investigado solto.....	180
16. Materialização e Encerramento do Inquérito .....	180
16.1. Conteúdo do relatório.....	181
17. Remessa do Inquérito Relatado ao Juiz Competente.....	182
18. O Ministério Público e o Inquérito.....	182
18.1. Prazo para manifestação do Ministério Público .....	182
18.2. Requisição de novas diligências .....	183
18.3. Pedido de extinção da punibilidade.....	184
18.4. Pedido de remessa dos autos a outro juízo .....	184
18.5. Pedido de remessa dos autos a outro Promotor de Justiça .....	185
18.6. Pedido de arquivamento do inquérito .....	185
18.7. Oferecimento de denúncia.....	186
18.8. Delito de ação penal privada.....	186
19. O Ofendido e o Inquérito.....	186
19.1. Delito de ação penal privada exclusiva.....	186
19.2. Delito de ação penal pública .....	188
20. Arquivamento do Inquérito .....	188
20.1. Arquivamento implícito.....	189
20.2. Arquivamento indireto .....	190
20.3. O juiz frente ao pedido de arquivamento de inquérito.....	190
20.3.1. Arquivamento em grau de competência originária .....	192
21. Desarquivamento ou Reabertura de Inquérito.....	193
21.1. Quando o desarquivamento ou reabertura não é possível.....	195
22. Ajuizamento de Ação Penal .....	195
23. Outras Formas de Investigação .....	196
23.1. Termo circunstanciado.....	196
23.2. Inquérito visando expulsão de estrangeiro .....	197
23.3. CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito .....	197
23.4. Investigação conduzida pelo Ministério Público .....	200
23.4.1. Crítica .....	205
23.5. Investigação de delito praticado por parlamentar .....	206
23.6. Delito cometido nas dependências do Congresso Nacional.....	207

23.7. Investigação de delito praticado por membro do Ministério Público ou por Magistrado .....	208
23.7.1. Investigação de delito praticado por membro do Ministério Público.....	208
23.7.2. Investigação de delito praticado por magistrado.....	208
23.8. Inquérito policial militar.....	208
24. Controle Externo da Atividade Policial.....	209

## CAPÍTULO 6

### AÇÃO PENAL

1. Perspectiva Histórica da Pena Criminal e do Direito de Ação .....	210
2. Fundamento Constitucional do Direito de Ação .....	211
3. Conceito.....	211
4. Natureza e Características.....	212
5. Classificação das Ações Penais.....	212
6. Condições da Ação no Processo Penal.....	214
6.1. Condições genéricas da ação .....	215
6.1.1. Possibilidade jurídica do pedido.....	215
6.1.2. Legitimação <i>ad causam</i> .....	216
6.1.3. Interesse de agir.....	217
6.2. Condições específicas ou de procedibilidade.....	219
6.3. Justa causa para a ação penal.....	220
7. Das Ações Penais .....	220
7.1. Da ação penal pública .....	221
7.1.1. Ação penal pública incondicionada.....	222
7.1.1.1. Titularidade.....	222
7.1.1.2. Princípios.....	223
7.1.2. Ação penal pública condicionada .....	228
7.1.2.1. Ação penal pública condicionada à representação do ofendido	229
7.1.2.1.1. Quem pode formular representação.....	229
7.1.2.1.2. A representação: natureza jurídica e forma .....	231
7.1.2.1.3. Prazo e destinatários da representação .....	232
7.1.2.1.4. Retratação da representação .....	234
7.1.2.1.5. Retratação da retratação .....	235
7.1.2.1.6. Renúncia ao direito de representação.....	235
7.1.2.1.7. Eficácia objetiva e não vinculação.....	235
7.1.3. Ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça ....	236
7.1.3.1. Requisição do Ministro da Justiça .....	236
7.1.3.2. Prazo para a requisição e conteúdo .....	237
7.1.3.3. Retratação da requisição .....	237



71.3.4.	Eficácia objetiva.....	238
71.3.5.	Destinatários da requisição.....	239
71.3.6.	Não vinculação do Ministério Público.....	239
7.1.4.	Ação penal privada.....	240
71.4.1.	Princípios que regem a ação penal privada.....	242
71.4.2.	Quem pode formular queixa-crime.....	243
71.4.3.	Queixa-crime; querelante e querelado; conteúdo, prazo e destinatário.....	244
71.4.4.	O Ministério Público e o art. 19 do CPP.....	246
71.4.5.	Procurador com poderes especiais.....	246
71.4.6.	Ação penal privada exclusiva e ação penal privada personalíssima.....	248
71.4.7.	Ação penal privada subsidiária da pública.....	249
71.4.8.	Renúncia ao exercício do direito de queixa.....	250
71.4.9.	Perdão do ofendido.....	251
71.4.10.	Perempção.....	254
71.4.11.	Intervenção fiscalizadora do Ministério Público nas ações penais privadas.....	255
8.	Causas de Extinção da Punibilidade.....	256
9.	Custas Processuais e Taxa Judiciária.....	257

## CAPÍTULO 7

### PETIÇÃO INICIAL DA AÇÃO PENAL: DENÚNCIA OU QUEIXA-CRIME

1.	Noções Preliminares e Conceito.....	258
2.	Requisitos da Denúncia ou Queixa.....	258
2.1.	Endereçamento.....	259
2.2.	Exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias.....	259
2.2.1.	Denúncia ou queixa no concurso de agentes.....	262
2.3.	Qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo.....	265
2.4.	Classificação do delito.....	265
2.5.	Pedido de condenação.....	266
2.6.	Rol de testemunhas.....	266
2.7.	Deve ser escrita na língua oficial.....	267
2.8.	Indicação do local e data de sua elaboração.....	267
2.9.	Identificação do subscritor.....	268
2.10.	Assinatura.....	268
3.	Prazos.....	269
3.1.	Prazo para o oferecimento da denúncia.....	269

3.2. Prazo para o oferecimento da queixa.....	269
3.3. Prazos para aditamento da denúncia ou queixa .....	270
4. Rejeição e Recebimento da Denúncia ou Queixa .....	271

## CAPÍTULO 8

### AÇÃO CIVIL *EX DELICTO*

1. Introdução.....	272
2. Execução Civil da Sentença Penal Condenatória.....	272
2.1. Revisão criminal e suas consequências.....	274
2.2. Sentença que concede perdão judicial .....	274
2.3. Sentença de absolvição imprópria.....	274
2.4. Sentença que reconhece prescrição.....	274
3. Ajuizamento das Ações Civil e Penal de Conhecimento.....	275
4. Causas de Exclusão da Antijuridicidade.....	277
5. Independência das Jurisdições Penal e Civil.....	278
6. Legitimidade Ativa.....	279
7. Legitimidade Passiva .....	281
8. Competência Jurisdicional e Prazo Prescricional .....	282

## CAPÍTULO 9

### JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

1. Introdução.....	284
2. Jurisdição .....	285
2.1. Jurisdição penal e jurisdição extrapenal .....	286
2.2. Jurisdição especial e jurisdição comum ou ordinária .....	287
2.3. Jurisdição estadual e jurisdição federal.....	288
2.4. Jurisdição inferior e jurisdição superior.....	288
2.5. Jurisdição de primeiro grau e jurisdição de segundo grau .....	288
2.6. Jurisdição política ou extraordinária .....	288
2.7. Características e elementos da jurisdição.....	289
2.8. Princípios da jurisdição.....	290
3. Competência .....	293
3.1. Modalidades de competência.....	294
3.1.1. Competência interna e competência internacional .....	295
3.1.2. Competência absoluta e competência relativa .....	296
3.1.2.1. Prorrogação de competência .....	297
3.1.3. Competência funcional.....	298
3.1.4. Delegação de competência.....	299
3.2. Divisão constitucional de competências .....	300
3.2.1. Supremo Tribunal Federal.....	301

3.2.2.	Superior Tribunal de Justiça .....	302
3.2.3.	Tribunais Regionais Federais.....	303
3.2.4.	Juízes Federais .....	303
3.2.5.	Tribunais de Justiça Estaduais.....	304
3.2.5.1.	Justiça Militar.....	304
3.3.	Garantias dos juízes e vedações constitucionais.....	306
3.4.	Regras de delimitação de competência no Código de Processo Penal.....	307
3.4.1.	Competência pelo lugar da infração.....	307
3.4.1.1.	Outras observações pertinentes.....	310
3.4.2.	Competência pelo domicílio ou residência do réu .....	312
3.4.3.	Competência em razão da natureza da infração.....	314
3.4.3.1.	Desaforamento.....	315
3.4.3.2.	Deslocamento de competência .....	316
3.4.3.3.	Súmulas do STF e do STJ a respeito de competência em razão da natureza da infração.....	318
3.4.4.	Competência por distribuição .....	320
3.4.5.	Competência em razão de conexão ou continência.....	321
3.4.5.1.	Conexão .....	322
3.4.5.1.1.	Modalidades de conexão .....	323
3.4.5.2.	Continência .....	326
3.4.5.3.	Foro prevalente.....	328
3.4.5.3.1.	Competência para avocar processo.....	332
3.4.5.4.	Separação de processos .....	333
3.4.5.4.1.	Separação obrigatória.....	333
3.4.5.4.2.	Separação facultativa.....	334
3.4.5.5.	Perpetuação da jurisdição ( <i>perpetuatio jurisdictionis</i> ) .....	336
3.4.6.	Competência por prevenção .....	336
3.4.7.	Competência originária ou por prerrogativa de função.....	338
3.4.7.1.	Competência por prerrogativa de função na jurisdição política	342
3.4.7.2.	Foro competente após o fim da investidura no cargo.....	342
3.4.7.3.	Exceção da verdade oposta em relação a quem tem foro privilegiado .....	344
3.4.7.4.	Competência por prerrogativa de função <i>versus</i> competência do Tribunal do Júri.....	346
4.	Disposições Especiais.....	347

## CAPÍTULO 10

### QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES

1.	Introdução.....	349
2.	Das Questões Prejudiciais .....	350

3. Dos Procedimentos Incidentes .....	353
3.1. Das exceções .....	353
3.1.1. Exceção de suspeição .....	355
3.1.1.1. Oportunidades, modalidades e legitimidade .....	357
3.1.1.2. Forma, juiz competente, processamento e ataque recursal.....	359
3.1.1.3. Exceção de suspeição contra membro do Ministério Público.....	361
3.1.1.4. Exceção de suspeição contra perito; intérpretes, serventuários ou funcionários da justiça .....	363
3.1.1.5. Exceção de suspeição contra jurado.....	363
3.1.1.6. Exceção de suspeição contra delegado de polícia.....	364
3.1.1.7. Convalidação da nulidade que decorre da suspeição.....	364
3.1.2. Exceção de incompetência do juízo .....	364
3.1.2.1. Reconhecimento <i>ex officio</i> , legitimidade, arguição, processamento, decisão judicial e ataque recursal.....	365
3.1.3. Exceção de litispendência.....	368
3.1.3.1. Reconhecimento <i>ex officio</i> , legitimidade, arguição, processamento, decisão judicial e ataque recursal.....	369
3.1.3.2. Litispendência e incompetência de juízo.....	370
3.1.3.3. Litispendência e inquérito policial .....	370
3.1.4. Exceção de ilegitimidade de parte .....	370
3.1.4.1. Reconhecimento <i>ex officio</i> , legitimidade, arguição, processamento, decisão judicial e ataque recursal.....	372
3.1.5. Exceção de coisa julgada .....	372
3.1.5.1. Limites subjetivos e objetivos da coisa julgada .....	373
3.1.5.2. Reconhecimento <i>ex officio</i> , legitimidade, arguição, processamento, decisão judicial e ataque recursal.....	374
3.1.6. Regras gerais sobre as exceções.....	376
3.2. Das incompatibilidades e impedimentos.....	376
3.3. Conflito de competência .....	378
3.3.1. Modalidades de conflito.....	380
3.3.2. Pressupostos e objeto do conflito.....	381
3.3.3. Legitimidade para suscitar o conflito.....	382
3.3.4. Conflito em sede de execução penal.....	382
3.3.5. Arguição, processamento e decisão.....	382
3.3.6. Competência para julgar conflito.....	384
3.3.7. Recurso contra decisão proferida em conflito de competência .....	385
3.3.8. Avocatória.....	386
3.3.9. Conflito de atribuições.....	387
3.4. Da restituição das coisas apreendidas .....	389

3.4.1.	Bens que não comportam restituição .....	390
3.4.1.1.	Direito do lesado ou de terceiro de boa-fé .....	391
3.4.2.	Restituição pela autoridade policial .....	391
3.4.3.	Restituição judicial. Procedimento .....	392
3.4.4.	Coisa adquirida com os proventos da infração .....	394
3.4.5.	Destinação dos objetos apreendidos .....	394
3.4.6.	Ataque recursal .....	395
3.5.	Das medidas assecuratórias .....	395
3.5.1.	Sequestro .....	396
3.5.1.1.	Bens que podem ser sequestrados .....	396
3.5.1.2.	Momento da decretação .....	397
3.5.1.3.	Requisitos .....	398
3.5.1.4.	Juiz competente e legitimação ativa .....	399
3.5.1.5.	Procedimento .....	399
3.5.1.6.	Ataque recursal .....	400
3.5.1.7.	Cabimento de embargos e competência para julgamento .....	400
3.5.1.8.	Levantamento do sequestro .....	402
3.5.2.	Especialização de hipoteca legal .....	403
3.5.2.1.	Requisitos .....	403
3.5.2.2.	Bens sujeitos à hipoteca legal .....	404
3.5.2.3.	Legitimação ativa. Quem pode requerer? .....	404
3.5.2.4.	Momento em que pode ser requerida .....	404
3.5.2.5.	Requerimento e procedimento .....	404
3.5.2.6.	Ataque recursal .....	406
3.5.3.	Arresto .....	406
3.5.3.1.	Bens suscetíveis de penhora .....	407
3.5.3.2.	Modalidades .....	408
3.5.3.3.	Requisitos .....	408
3.5.3.4.	Legitimidade ativa .....	408
3.5.3.5.	Momento em que pode ser requerido .....	408
3.5.3.6.	Requerimento e procedimento .....	408
3.5.3.7.	Levantamento do arresto .....	410
3.5.3.8.	Alienação antecipada .....	410
3.5.3.9.	Ataque recursal .....	411
3.6.	Do incidente de falsidade .....	411
3.7.	Da insanidade mental do acusado .....	413
3.7.1.	Cabimento, legitimidade ativa, instauração, processamento e ataque recursal .....	413

3.7.1.1. Perito ou peritos?.....	415
3.7.2. Conclusões possíveis e suas consequências .....	415
3.7.2.1. Duração da medida de segurança substitutiva .....	417

## CAPÍTULO 11

## PROVA

1. Introdução.....	419
2. Conceito, Destinatário e Finalidade .....	420
3. Objeto da Prova.....	421
3.1. Fato axiomático ou evidente.....	422
3.2. Verdade sabida ou fato notório .....	422
3.3. Fato incontroverso.....	423
3.4. Presunções .....	423
3.5. Prova do direito.....	423
4. Classificação da Prova.....	424
5. Ônus da Prova.....	426
5.1. Ônus da prova quanto ao elemento subjetivo do tipo.....	429
5.2. Produção de prova por iniciativa do juiz .....	430
5.3. Momento de se produzir prova: limites objetivos .....	432
6. Meios de Prova e Sujeito de Prova.....	433
7. Atividade Probatória .....	434
8. Sistemas de Valoração das Provas .....	436
8.1. Sistema adotado no CPP vigente .....	438
8.2. Os outros dois sistemas e o CPP .....	441
9. Princípios Reguladores .....	442
10. Das Provas em Espécie.....	445
10.1. Do Exame de Corpo de Delito e Perícias em Geral.....	445
10.1.1. Perícia: conceito e natureza jurídica .....	445
10.1.2. Da prova pericial: procedimento.....	446
10.1.2.1. Sistemas de avaliação da prova pericial .....	448
10.1.2.2. Quem pode determinar o exame pericial?.....	449
10.1.2.3. Indeferimento do pedido de exame pericial .....	449
10.1.2.4. Perícia feita por carta precatória .....	450
10.1.2.5. Necessidade de contraditório judicial .....	450
10.1.3. Do exame de corpo de delito .....	451
10.1.3.1. Exame de corpo de delito direto e indireto.....	452
10.1.4. Das perícias em geral.....	454
10.1.4.1. Autópsia ou necropsia .....	454
10.1.4.2. Exumação e exame cadavérico.....	455

10.1.4.3.	Lesões corporais.....	456
10.1.4.4.	Local onde houver sido praticada a infração penal.....	458
10.1.4.5.	Perícias de laboratório.....	459
10.1.4.6.	Destrução ou rompimento de obstáculo e escalada.....	459
10.1.4.7.	Avaliação de coisas destruídas, deterioradas ou que constituam produto do crime.....	460
10.1.4.8.	Incêndio.....	461
10.1.4.9.	Exame grafotécnico.....	461
10.1.4.10.	Instrumentos empregados para a prática do delito.....	463
10.1.4.10.1.	Apreensão e perícia da arma empregada em crime de roubo.....	464
10.1.5.	Prova pericial nos crimes sexuais.....	465
10.1.6.	Exames de alcoolemia e teste do “bafômetro”.....	465
10.1.7.	Do interrogatório do acusado.....	468
10.1.7.1.	Conceito.....	468
10.1.7.2.	Natureza jurídica.....	468
10.1.7.3.	Obrigatoriedade e ausência de interrogatório.....	469
10.1.7.4.	Momento do interrogatório.....	470
10.1.7.5.	Local do interrogatório.....	471
10.1.7.6.	Características.....	471
10.1.7.7.	Divisão temática do interrogatório.....	473
10.1.7.8.	Direito de permanecer calado.....	473
10.1.7.9.	Conteúdo do interrogatório de mérito.....	475
10.1.7.9.1.	Interrogatório negativo.....	475
10.1.7.10.	Intervenção das partes no interrogatório.....	475
10.1.7.10.1.	Participação defensoria no interrogatório de corrêu.....	477
10.1.7.11.	Formalização do interrogatório.....	478
10.1.7.12.	Pluralidade de acusados. Interrogatório em separado.....	479
10.1.7.13.	Interrogatório do réu preso.....	480
10.1.7.13.1.	Interrogatório por videoconferência.....	481
10.1.7.14.	Interrogatório do mudo, do surdo e do surdo-mudo.....	482
10.1.7.15.	Interrogatório de quem não fala a língua nacional.....	483
10.1.7.16.	Interrogatório da pessoa jurídica.....	483
10.1.7.17.	Presença de curador especial no interrogatório.....	485
10.1.7.17.1.	Curador ao réu menor.....	485
10.1.7.17.2.	Índios e doentes mentais.....	485
10.1.7.18.	Renovação de interrogatórios.....	485
10.1.7.19.	Condução coercitiva para interrogatório.....	486

10.1.8. Da confissão .....	487
10.1.8.1. Conceito e objeto.....	488
10.1.8.2. Natureza jurídica.....	489
10.1.8.3. Requisitos de validade.....	489
10.1.8.4. Modalidades de confissão.....	490
10.1.8.4.1. Confissão tácita ou ficta.....	490
10.1.8.5. Características.....	491
10.1.8.5.1. Divisibilidade.....	491
10.1.8.5.2. Retratabilidade.....	491
10.1.8.6. Momento da confissão.....	492
10.1.8.6.1. Confissão extrajudicial .....	492
10.1.8.7. Confissão e chamada de corrêu .....	493
10.1.8.8. Delação premiada.....	494
10.1.8.9. Atenuante genérica e crime de autoacusação falsa .....	497
10.1.8.10. Valor probatório da confissão.....	498
10.1.9. Do ofendido.....	498
10.1.9.1. Conceito .....	498
10.1.9.2. Natureza jurídica.....	499
10.1.9.3. Inquirição .....	499
10.1.9.3.1. Reperguntas ao ofendido .....	500
10.1.9.3.2. Possibilidade de condução coercitiva .....	500
10.1.9.4. O ofendido não comete crime de desobediência.....	500
10.1.9.5. O ofendido como elemento de prova .....	501
10.1.9.6. O ofendido como fonte de prova.....	501
10.1.9.7. Dispensa do compromisso de dizer a verdade.....	501
10.1.9.8. O ofendido não comete crime de falso testemunho.....	502
10.1.9.9. Comunicação ao ofendido dos atos processuais.....	502
10.1.9.10. Atendimento multidisciplinar ao ofendido.....	502
10.1.9.11. Preservação da intimidade do ofendido.....	503
10.1.9.12. Valor probatório das declarações do ofendido.....	504
10.1.10. Das testemunhas.....	505
10.1.10.1. Conceito .....	506
10.1.10.2. Natureza jurídica.....	506
10.1.10.3. Quem pode ser testemunha.....	506
10.1.10.4. Características da prova testemunhal.....	506
10.1.10.5. Classificação.....	508
10.1.10.6. Dever de testemunhar .....	509
10.1.10.6.1. Exceções ao dever de testemunhar .....	510
10.1.10.6.2. Exceção às exceções do dever de testemunhar .....	511



10.1.10.7.	Proibição de testemunhar .....	511
10.1.10.7.1.	Exceção à proibição de testemunhar .....	512
10.1.10.8.	Momento para arrolar testemunhas.....	512
10.1.10.9.	Número de testemunhas que se pode arrolar.....	512
10.1.10.10.	Chamamento para testemunhar e dever de comparecimento ...	514
10.1.10.10.1.	Ocupantes de cargos públicos de alto escalão .....	514
10.1.10.10.2.	Militares e funcionários públicos .....	515
10.1.10.10.3.	Ausência injustificada da testemunha.....	516
10.1.10.11.	Acomodações prévias e colheita de depoimentos em separado	516
10.1.10.12.	Do compromisso .....	517
10.1.10.13.	Da inquirição em juízo .....	518
10.1.10.13.1.	Testemunha surda, muda e surda-muda.....	520
10.1.10.13.2.	Testemunha que não conhece a língua nacional.....	520
10.1.10.13.3.	Recusa da testemunha em fornecer dados de sua qualificação ou fornecimento de dados falsos.....	520
10.1.10.13.4.	Recusa em depor .....	521
10.1.10.14.	Da contradita e da arguição de defeito .....	521
10.1.10.15.	Perguntas diretamente pelas partes .....	523
10.1.10.16.	Impressões pessoais da testemunha .....	526
10.1.10.17.	Redação e formalização do depoimento .....	526
10.1.10.18.	Inquirição de testemunha sem a presença do acusado .....	527
10.1.10.18.1.	Hipóteses do art. 217 do CPP.....	527
10.1.10.18.2.	Ausência de requisição do acusado preso.....	528
10.1.10.19.	Local da inquirição .....	529
10.1.10.20.	Carta precatória, carta rogatória e carta de ordem .....	530
10.1.10.21.	Audiência em local especialmente designado .....	532
10.1.10.22.	Produção antecipada da prova testemunhal.....	532
10.1.10.23.	Corréu como testemunha.....	532
10.1.10.24.	Depoimento infantil.....	533
10.1.10.25.	Depoimento de policial .....	534
10.1.10.26.	Valor probatório da prova testemunhal.....	535
10.1.10.27.	Falso testemunho .....	536
10.1.10.28.	Lei de proteção à testemunha.....	536
10.1.11.	Do reconhecimento de pessoas e coisas .....	537
10.1.11.1.	Conceito e modalidades .....	537
10.1.11.2.	Natureza jurídica.....	538
10.1.11.3.	Formalidades .....	538
10.1.11.3.1.	Reconhecimento por videoconferência.....	538

10.1.11.4.	Reconhecimento de pessoa.....	538
10.1.11.4.1.	Reconhecimento em juízo.....	541
10.1.11.5.	Reconhecimento fotográfico.....	542
10.1.11.6.	Reconhecimento de objeto.....	543
10.1.11.7.	Reconhecimento de voz.....	543
10.1.11.8.	Várias pessoas chamadas a fazer reconhecimento.....	544
10.1.11.9.	Valor probatório do reconhecimento.....	544
10.1.12.	Da acareação.....	546
10.1.12.1.	Conceito e finalidade.....	546
10.1.12.2.	Natureza jurídica.....	546
10.1.12.3.	Momento de sua realização.....	546
10.1.12.4.	Admissibilidade, pressuposto e objeto.....	546
10.1.12.5.	Procedimento.....	547
10.1.12.6.	Valor probatório.....	548
10.1.13.	Dos documentos.....	548
10.1.13.1.	Conceito.....	548
10.1.13.2.	Natureza jurídica e objeto.....	549
10.1.13.3.	Momento de se produzir prova documental.....	550
10.1.13.4.	Classificação.....	550
10.1.13.5.	Ônus da prova documental.....	552
10.1.13.6.	Produção de prova documental por iniciativa do juiz.....	552
10.1.13.7.	Fotografia de documento.....	553
10.1.13.8.	Documento inteiro.....	553
10.1.13.9.	Cartas particulares.....	554
10.1.13.10.	Documento em língua estrangeira.....	554
10.1.13.11.	As públicas formas e sua conferência judicial.....	555
10.1.13.12.	Incidente de falsidade documental.....	555
10.1.13.13.	Desentranhamento e devolução de documento.....	556
10.1.13.14.	Valor do documento como prova.....	557
10.1.14.	Prova emprestada.....	557
10.1.14.1.	Conceito.....	557
10.1.14.2.	Natureza jurídica.....	558
10.1.14.3.	Valor probatório.....	558
10.1.15.	Dos indícios.....	560
10.1.15.1.	Conceito.....	560
10.1.15.2.	Natureza jurídica.....	561
10.1.15.3.	Classificação dos indícios.....	562
10.1.15.4.	Presunção.....	563

10.1.15.5.	Indício <i>versus</i> presunção .....	564
10.1.15.6.	Contraindícios .....	564
10.1.15.7.	Valor probatório dos indícios .....	565
10.1.16.	Da busca e apreensão .....	567
10.1.16.1.	Distinção.....	568
10.1.16.2.	Conceito .....	568
10.1.16.3.	Natureza jurídica.....	568
10.1.16.4.	Momentos para realização .....	570
10.1.16.5.	Iniciativa .....	570
10.1.16.6.	Mandado de busca: (des)necessidade .....	570
10.1.16.7.	Finalidades, modalidades, cabimento, condição e taxatividade .....	571
10.1.16.8.	Busca domiciliar.....	573
10.1.16.8.1.	Busca em repartições públicas.....	574
10.1.16.8.2.	Documento em poder do defensor .....	575
10.1.16.8.3.	Cautelas e procedimento .....	575
10.1.16.8.4.	Regras especiais.....	576
10.1.16.9.	Busca pessoal .....	576
10.1.16.9.1.	Busca em mulher .....	577
10.1.16.9.2.	Desnecessidade de mandado .....	577
10.1.16.10.	Diligência de apreensão em território de jurisdição alheia .....	579
11.	Produção Antecipada de Prova .....	579
12.	Atividade Probatória na Execução Penal .....	581
13.	Prova Ilícita.....	582
13.1.	Prova ilícita por derivação.....	584
13.2.	Encontro causal ou furtivo de prova .....	586
13.3.	Teoria da proporcionalidade .....	586
13.4.	Prova ilícita em favor do acusado.....	587

## CAPÍTULO 12

### SUJEITOS PROCESSUAIS

1.	Introdução.....	588
2.	Do Juiz .....	590
2.1.	Garantias da magistratura.....	591
2.2.	Vedações .....	592
2.3.	O juiz e o processo de natureza criminal.....	592
2.4.	Impedimento e suspeição .....	593
3.	Do Ministério Público .....	594
3.1.	Garantias e vedações .....	595
3.2.	O Promotor de Justiça e o processo de natureza criminal.....	595

3.3. Impedimento e suspeição .....	598
3.4. Princípio do promotor natural .....	598
4. Do Acusado .....	599
4.1. Direito de defesa .....	600
4.2. Condução coercitiva do acusado para colaborar com a produção de prova .....	603
4.3. Outros direitos assegurados.....	605
5. Do Defensor.....	606
5.1. Constituição de defensor .....	612
5.2. Impedimento .....	612
6. Do Curador Especial .....	613
7. Do Assistente.....	613
7.1. Tipo de processo em que se admite a figura do assistente .....	615
7.2. Quem pode figurar como assistente .....	616
7.2.1. Regras dispostas no CPP .....	616
7.2.2. Pessoa jurídica de direito público ou privado como assistente.....	617
7.3. Ingresso do assistente no processo.....	619
7.4. Recebimento do processo no estado em que se encontrar .....	621
7.5. Abandono da causa pelo assistente.....	621
7.6. Corréu como assistente .....	622
7.7. Faculdades processuais.....	623
8. Dos Funcionários da Justiça .....	626
9. Dos Peritos e Intérpretes.....	626
9.1. Disciplina legal.....	626
9.2. Impedimento e suspeição .....	627

**CAPÍTULO 13**  
**PRISÃO, MEDIDAS CAUTELARES**  
**E LIBERDADE PROVISÓRIA**

1. Regras Gerais.....	628
1.1. Critérios para fixação de medidas cautelares .....	629
1.2. Contraditório prévio e contraditório diferido.....	629
1.3. Revogação e/ou substituição da medida aplicada .....	630
1.4. Modalidades de medidas cautelares pessoais.....	631
1.5. Formalidades e concretização da prisão.....	632
1.6. Prisão a ser executada fora da jurisdição do juiz processante .....	633
1.7. Cadastro de mandados de prisão em banco de dados no Conselho Nacional de Justiça .....	634
1.8. Fuga e prisão.....	634
1.9. Separação de presos provisórios.....	635

1.10.	Prisão especial .....	635
1.11.	Uso de algemas.....	637
2.	Da Prisão em Flagrante.....	638
2.1.	Natureza jurídica .....	639
2.2.	Sujeitos do flagrante .....	640
2.2.1.	Sujeito ativo.....	640
2.2.1.1.	Flagrante facultativo .....	640
2.2.1.2.	Flagrante obrigatório ou compulsório .....	641
2.2.2.	Sujeito passivo .....	641
2.3.	Excepcionalidade da prisão em flagrante .....	643
2.4.	Prisão em flagrante no interior de residência .....	643
2.5.	Infrações que admitem prisão em flagrante .....	643
2.6.	Autoridade competente.....	644
2.7.	Classificações.....	645
2.7.1.	Flagrante em sentido próprio .....	645
2.7.2.	Flagrante impróprio .....	646
2.7.3.	Flagrante presumido.....	648
2.7.4.	Flagrante preparado ou provocado .....	650
2.7.5.	Flagrante forjado .....	651
2.7.6.	Flagrante esperado .....	652
2.7.7.	Flagrante prorrogado, protelado, retardado ou postergado .....	653
2.8.	Flagrante em situações particulares.....	654
2.8.1.	Flagrante em crime permanente .....	654
2.8.2.	Flagrante em crime habitual .....	655
2.8.3.	Flagrante em crime continuado.....	656
2.8.4.	Flagrante em crime de ação penal pública condicionada.....	657
2.8.5.	Flagrante em crime de ação penal privada.....	658
2.8.6.	Flagrante nas infrações penais de competência dos Juizados Especiais Criminais .....	659
2.8.7.	Flagrante estando o preso hospitalizado e/ou inconsciente .....	660
2.8.8.	Apresentação espontânea do autor da infração penal.....	661
2.9.	Formalização da prisão em flagrante .....	662
2.9.1.	Lavratura do auto de prisão em flagrante.....	663
2.9.1.1.	Prazo para a lavratura do auto de prisão em flagrante .....	663
2.9.2.	Autoridade competente para a lavratura do auto de prisão em flagrante .....	664
2.9.3.	Condutor.....	665
2.9.4.	Testemunhas.....	666
2.9.5.	Interrogatório .....	667
2.9.6.	Escrivão.....	669

2.9.7. Infração penal praticada na presença da autoridade, ou contra esta, no exercício de suas funções.....	669
2.9.8. Nota de culpa.....	669
2.10. Recolhimento ao cárcere.....	670
2.10.1. Hipóteses em que o autuado "se livra solto".....	670
2.10.2. Liberdade provisória mediante fiança.....	670
2.11. Comunicação da prisão: controle imediato.....	671
2.11.1. Controle jurisdicional.....	671
2.11.2. Controle ministerial.....	672
2.11.3. Prazo máximo de duração da prisão por força de flagrante.....	673
2.12. Relaxamento da prisão em flagrante.....	674
3. Da Prisão Preventiva.....	674
3.1. Conceito.....	675
3.2. Natureza jurídica.....	675
3.3. Constitucionalidade.....	676
3.4. Momento da decretação.....	677
3.5. Modalidades.....	678
3.5.1. Prisão preventiva obrigatória ou compulsória.....	678
3.6. Quem pode decretar prisão preventiva.....	678
3.6.1. Decretação <i>ex officio</i> .....	679
3.7. Quem pode postular a decretação.....	680
3.7.1. Requerimento do Ministério Público.....	680
3.7.2. Requerimento do querelante.....	681
3.7.3. Requerimento do assistente.....	682
3.7.4. Representação da autoridade policial.....	682
3.8. Requisitos para a decretação.....	683
3.8.1. Pressupostos.....	684
3.8.1.1. Prova da existência do crime.....	684
3.8.1.2. Índícios suficientes da autoria.....	684
3.8.2. Hipóteses de cabimento.....	685
3.8.2.1. Art. 313, I, do CPP: crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a quatro anos.....	685
3.8.2.2. Art. 313, II, do CPP: reincidência dolosa.....	687
3.8.2.3. Art. 313, III, do CPP: crime de covardia.....	687
3.8.2.4. Art. 313, parágrafo único, do CPP: dúvida sobre a identidade do agente.....	689
3.8.2.5. Descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares.....	690
3.9. Retroatividade benéfica.....	693

3.10. Circunstâncias autorizadoras.....	693
3.10.1. Garantia da ordem pública.....	694
3.10.2. Garantia da ordem econômica.....	695
3.10.3. Conveniência da instrução criminal.....	695
3.10.4. Assegurar a aplicação da lei penal.....	696
3.11. Decretação da prisão preventiva.....	696
3.11.1. Contraditório na decretação.....	697
3.12. Condição especial impeditiva da prisão preventiva.....	697
3.13. Conversão da prisão em flagrante em preventiva.....	698
3.14. Relaxamento da prisão em flagrante e imediata decretação da prisão preventiva.....	699
3.15. Decretação da prisão preventiva na sentença de condenação ou decisão de pronúncia.....	699
3.16. Decretação por força da revelia. A questão do art. 366 do CPP.....	700
3.17. Art. 23, <i>caput</i> , I, II e III, do CP.....	700
3.18. Necessidade de decisão fundamentada.....	701
3.19. Prazo de duração da prisão preventiva.....	701
3.20. Revogação e nova decretação.....	702
3.21. Reação defensiva à decretação da prisão preventiva.....	703
3.22. Substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar.....	703
4. Prisão Cautelar Domiciliar, Substitutiva da Prisão Preventiva.....	703
4.1. Conceito.....	704
4.2. Natureza jurídica.....	704
4.3. Pressuposto e hipóteses de cabimento.....	704
4.3.1. Pessoa maior de 80 anos.....	704
4.3.2. Pessoa extremamente debilitada por motivo de doença grave.....	705
4.3.3. Pessoa imprescindível aos cuidados especiais de menor de 6 anos de idade ou de pessoa com deficiência.....	706
4.3.3.1. Pessoa menor de 6 anos de idade.....	706
4.3.3.2. Pessoa portadora de deficiência.....	707
4.3.4. Gestante a partir do sétimo mês de gravidez ou sendo esta de alto risco.....	707
4.3.4.1. Gestação a partir do sétimo mês de gravidez.....	707
4.3.4.2. Gestação, a qualquer tempo, de alto risco.....	708
4.4. Necessidade de prova idônea.....	708
4.5. Quem pode requerer.....	708
4.6. Substituição <i>ex officio</i> .....	709
4.7. Momento em que pode ser concedida.....	709
4.8. Condições de permanência.....	709
4.9. Domicílio ou residência?.....	710

4.10. Pluralidade de residências.....	710
4.11. Momento de se conceder autorização de saída da residência.....	710
4.12. Descumprimento de condição do benefício.....	711
4.12.1. Descumprimento justificável.....	711
4.12.2. Sustação cautelar do benefício.....	711
4.12.3. Revogação definitiva.....	712
4.13. Detração.....	712
4.14. Preso que não tem defensor.....	712
4.15. Possibilidade de <i>habeas corpus</i> .....	713
5. Da Prisão Temporária.....	713
5.1. Conceito.....	714
5.2. Natureza jurídica.....	714
5.3. Cabimento.....	714
5.3.1. Imprescindibilidade para as investigações.....	714
5.3.2. Quando o indiciado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade.....	716
5.3.3. Quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos crimes arrolados no inc. III.....	717
5.3.4. Entendendo a aplicação das hipóteses de cabimento.....	718
5.4. Quem pode postular a decretação.....	718
5.5. Quem pode decretar.....	719
5.6. Decisão que aprecia pedido de prisão temporária.....	719
5.7. Procedimento.....	720
5.8. Prazo da prisão.....	721
5.8.1. Generalidade dos casos.....	721
5.8.2. Crimes hediondos e assemelhados.....	722
5.8.3. Término da prisão temporária.....	722
5.8.4. Excesso de prazo na prisão temporária.....	723
6. Liberdade Provisória Mediante Fiança.....	723
6.1. Liberdade provisória como gênero.....	723
6.2. Conceito.....	724
6.3. Natureza jurídica.....	724
6.4. Finalidade.....	725
6.5. Cabimento.....	725
6.5.1. Inafiançabilidade por determinação constitucional.....	725
6.5.2. Inafiançabilidade conforme as regras do CPP.....	726
6.6. Quem pode postular.....	727
6.7. Quem pode arbitrar.....	727



6.7.1. A autoridade policial .....	728
6.7.2. O juiz .....	729
6.7.3. Fiança junto aos tribunais .....	730
6.8. Momento da concessão .....	730
6.9. Quem pode prestar fiança .....	731
6.10. Destinação da fiança.....	731
6.11. Obrigações do afiançado.....	731
6.12. Valor da fiança.....	732
6.13. Extinção da fiança.....	733
6.13.1. Fiança quebrada.....	733
6.13.1.1. Consequências do quebramento.....	735
6.13.2. Fiança perdida .....	735
6.13.3. Fiança cassada.....	735
6.13.4. Fiança sem efeito .....	736
6.14. Sentença no processo de conhecimento.....	737
6.14.1. Absolvição .....	737
6.14.2. Condenação.....	737
6.15. Fiança dispensada.....	737
6.16. Fiança reduzida e fiança aumentada .....	737
6.17. Fiança restaurada ou restabelecida .....	737
6.18. O Ministério Público e a fiança.....	738
6.19. Extinção da fiança libertadora e impossibilidade de retorno à prisão .....	738
6.19.1. Implicações da extinção.....	739
6.20. Reação defensiva .....	740
7. Liberdade Provisória sem Fiança .....	740
7.1. Liberdade provisória sem fiança como garantia constitucional.....	741
7.2. Conceito.....	741
7.3. Natureza jurídica .....	742
7.4. Quem pode postular .....	742
7.5. Quem pode conceder.....	742
7.6. Momento da concessão .....	743
7.7. Regulamentação do CPP.....	743
7.7.1. Art. 310 do CPP.....	743
7.7.1.1. Sobre o parágrafo único do art. 310 do CPP.....	745
7.7.2. Art. 321 do CPP.....	746
7.7.3. Art. 350 do CPP.....	747
7.8. A questão da vinculação da liberdade provisória sem fiança .....	747
7.8.1. A vinculação da liberdade provisória conforme o CPP.....	747
7.9. Decisão judicial sobre liberdade provisória sem fiança.....	750

7.9.1. A decisão que nega e seus fundamentos.....	750
7.9.2. A decisão que concede e seus fundamentos.....	751
7.10. Crimes hediondos e assemelhados .....	751
7.11. Tráfico de drogas.....	752
7.11.1. O art. 44 da Lei de Drogas.....	752
7.11.2. A vedação à fiança não exclui a possibilidade de liberdade provisória sem fiança .....	753
7.11.3. Declaração de inconstitucionalidade da vedação.....	753
7.12. Crimes contra a economia popular e de sonegação fiscal .....	754
7.13. Revogação da liberdade provisória sem fiança .....	755
8. Medidas Cautelares Restritivas Diversas da Prisão .....	755
8.1. Previsão legal.....	756
8.2. Conceito.....	757
8.3. Natureza jurídica .....	757
8.4. Pressuposto.....	757
8.5. Cabimento.....	757
8.6. Quem pode decretar.....	759
8.7. Decretação <i>ex officio</i> .....	759
8.8. Quem pode postular a decretação.....	759
8.9. Momento da decretação .....	760
8.10. Decretação.....	761
8.11. Substituição, revogação e nova decretação .....	762
8.11.1. Suspensão cautelar da medida.....	762
8.11.2. Ampla defesa e contraditório na revogação.....	762
8.11.3. Revogação de medida cautelar e decretação de prisão preventiva .....	763
8.12. Modalidades de medidas cautelares diversas da prisão.....	763
8.12.1. Comparecimento periódico em juízo .....	763
8.12.2. Proibição de frequentar determinados lugares.....	764
8.12.3. Proibição de contato com pessoa determinada.....	764
8.12.4. Proibição de ausentar-se da comarca.....	765
8.12.5. Recolhimento domiciliar .....	766
8.12.6. Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira.....	767
8.12.7. Internação provisória.....	769
8.12.8. Fiança .....	770
8.12.9. Monitoramento eletrônico.....	771
8.12.10. Proibição de ausentar-se do país.....	772
8.13. Fiscalização das medidas.....	772

8.14. Recurso contra a decisão que não acolhe pedido de decretação de medida cautelar .....	773
8.15. Reação defensiva contra a decretação.....	773
8.16. Prazo de duração e extinção da medida cautelar.....	774
8.17. Detração.....	774

## CAPÍTULO 14

### FATOS E ATOS PROCESSUAIS

1. Conceito.....	776
2. Tipos de Atos Processuais .....	777
3. Atos Praticados pelas Partes .....	777
4. Atos Jurisdicionais.....	778
5. Atos Praticados por Auxiliares da Justiça.....	780
5.1. Termos .....	780
6. Atos Praticados por Terceiros .....	781

## CAPÍTULO 15

### CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

1. Introdução.....	782
2. Citação .....	782
2.1. Modalidades de citação.....	784
2.1.1. Citação pessoal.....	785
2.1.1.1. Citação por mandado.....	785
2.1.1.2. Citação por carta precatória.....	786
2.1.1.2.1. Carta precatória itinerante .....	788
2.1.1.3. Citação por carta rogatória .....	789
2.1.1.4. Citação por carta de ordem.....	789
2.1.1.5. Citação por requisição .....	790
2.1.1.6. Citação do funcionário público .....	791
2.1.1.7. Citação do réu preso .....	791
2.1.1.8. Citação do incapaz .....	792
2.1.2. Citação por edital .....	793
2.1.2.1. Outras hipóteses em que cabível a citação por edital .....	795
2.1.2.2. Requisitos formais do edital de citação.....	796
2.1.2.3. Publicação do edital .....	798
2.1.3. Citação por hora certa.....	799
2.1.4. Efeitos da citação válida .....	801
2.1.5. Revelia.....	801
2.1.5.1. O art. 366 do CPP e seus desdobramentos .....	802

2.1.5.1.1.	Suspensão do processo em razão da revelia.....	803
2.1.5.1.1.1.	Requisitos para a suspensão do processo	803
2.1.5.1.1.2.	Recurso adequado contra a decisão que suspende, ou não, o curso do processo.....	803
2.1.5.1.2.	Suspensão do prazo prescricional.....	804
2.1.5.1.3.	Produção antecipada de provas.....	805
2.1.5.1.4.	Decretação da prisão preventiva.....	807
2.1.5.2.	Revelia nos termos do art. 367 do CPP.....	808
3.	Intimação.....	809
3.1.	Conceito.....	810
3.2.	Procedimento.....	811
3.3.	Intimação e requisição de réu preso para audiência.....	813
3.4.	Intimação por meio eletrônico.....	813

## CAPÍTULO 16

## SENTENÇA E COISA JULGADA

1.	Sentença.....	815
1.1.	Requisitos intrínsecos da sentença.....	817
1.2.	Princípio da correlação.....	820
1.3.	<i>Emendatio libelli</i> .....	822
1.4.	<i>Mutatio libelli</i> .....	825
1.4.1.	Desclassificação de crime doloso para culposos.....	829
1.5.	Sobre o art. 385 do CPP.....	830
1.6.	Sentença absolutória.....	831
1.7.	Sentença condenatória.....	835
1.8.	Sentença datilografada.....	838
1.9.	Publicação da sentença.....	839
1.10.	Intimação da sentença.....	840
1.11.	Embargos de declaração.....	841
1.12.	Prisão resultante de sentença condenatória recorrível.....	841
2.	Coisa Julgada.....	844
2.1.	Conceito.....	844
2.2.	Elementos.....	844
2.3.	Fundamento.....	844
2.4.	Limites subjetivos e objetivos da coisa julgada.....	845
2.5.	Coisa julgada material, coisa julgada formal e preclusão.....	846
2.6.	Coisa julgada e coisa soberanamente julgada.....	847
2.7.	Exceção de coisa julgada.....	847

## CAPÍTULO 17

### PROCEDIMENTOS

1. Introdução.....	848
2. Processo e Procedimento.....	848
3. Princípios Incidentes.....	849
4. Procedimento Comum e Procedimento Especial.....	851
4.1. Procedimento comum.....	853
4.1.1. Procedimento ordinário.....	853
4.1.1.1. Rejeição da denúncia ou queixa.....	853
4.1.1.1.1. Inépcia manifesta.....	854
4.1.1.1.2. Falta de condição da ação ou de pressuposto processual.....	854
4.1.1.1.2.1. Pressupostos e exceções processuais.....	856
4.1.1.1.3. Justa causa.....	857
4.1.1.1.4. Recurso contra a decisão de rejeição.....	859
4.1.1.2. Suspensão condicional do processo.....	859
4.1.1.3. Recebimento da denúncia ou queixa.....	863
4.1.1.3.1. Desclassificação da conduta por ocasião do despacho de recebimento.....	866
4.1.1.4. Citação e resposta escrita.....	867
4.1.1.5. Absolvição sumária.....	868
4.1.1.6. Audiência de instrução e julgamento.....	871
4.1.2. Procedimento sumário.....	876
4.1.3. Procedimento sumaríssimo: Juizados Especiais Criminais.....	878
4.2. Procedimentos especiais.....	884
4.2.1. Procedimento previsto para os crimes de responsabilidade praticados por funcionário público.....	884
4.2.2. Procedimento previsto para os crimes contra a honra.....	890
4.2.2.1. Exceção da verdade.....	894
4.2.2.1.1. Exceção da verdade oposta em relação a quem goza de foro privilegiado.....	896
4.2.3. Procedimento previsto para os crimes contra a propriedade imaterial... ..	897
4.2.3.1. Destinação dos bens apreendidos.....	901
4.2.4. Procedimento para restauração de autos extraviados ou destruídos.....	902
4.2.4.1. Restauração de autos de execução extraviados ou destruídos... ..	905

## CAPÍTULO 18

### PROCEDIMENTO RELATIVO AOS PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI

1. Fundamentação Constitucional.....	906
2. Competência.....	907

3. Plenitude de Defesa .....	907
4. Da Acusação e da Instrução Preliminar .....	910
4.1. Da absolvição sumária, da desclassificação, da impronúncia e da pronúncia ....	913
4.1.1. Absolvição sumária .....	913
4.1.2. Desclassificação .....	916
4.1.3. Impronúncia .....	919
4.1.4. Pronúncia .....	920
4.1.4.1. Fundamentação da decisão de pronúncia .....	921
4.1.4.2. Decretação de prisão preventiva .....	926
4.1.4.3. Intimação da decisão de pronúncia .....	926
4.1.4.4. Alteração da pronúncia em razão de circunstância superveniente	927
4.1.4.5. Despronúncia .....	927
4.2. Da preparação do processo para julgamento em plenário .....	928
4.3. Desaforamento .....	929
4.4. Organização da pauta e designação do julgamento .....	933
4.5. Dos jurados .....	934
4.5.1. Alistamento .....	934
4.5.2. Sorteio e convocação .....	938
4.5.3. Exercício da função de jurado e modalidades de recusas previstas .....	939
4.5.3.1. Prisão especial para quem tenha exercido função de jurado ....	942
5. Composição do Tribunal do Júri e Julgamento em Plenário .....	942
5.1. Verificações e providências iniciais .....	943
5.2. Formação do Conselho de Sentença .....	948
5.3. Instrução em plenário .....	952
5.4. Debates .....	957
5.4.1. Aparte .....	962
5.5. Quesitos .....	963
5.5.1. Formulação .....	963
5.5.2. Votação .....	964
5.5.2.1. Ordem de votação .....	968
5.6. Sentença .....	971
5.7. Ata dos trabalhos .....	973

## CAPÍTULO 19

### NULIDADES

1. Introdução .....	975
2. Conceito .....	976
3. Nulidade Absoluta e Nulidade Relativa .....	976
4. Princípios Incidentes .....	979

4.1. <i>Pas de nullité sans grief</i> .....	979
4.2. Instrumentalidade das formas.....	981
4.3. <i>Netio auditur propriam turpitudines allegans</i> .....	983
4.4. Não se declara nulidade cujo reconhecimento só interessa à parte contrária ....	984
4.5. Não se declara nulidade de ato irrelevante.....	984
4.6. Princípio da causalidade.....	985
4.7. Princípio da convalidação.....	986
5. Nulidades Absolutas e Relativas: Hipóteses Previstas .....	988
5.1. Advertências necessárias.....	988
5.2. Hipóteses de nulidade absoluta.....	989
5.2.1. Considerações destacadas.....	991
5.2.1.1. Incompetência do juízo .....	991
5.2.1.2. Ilegitimidade do representante da parte .....	992
5.2.1.3. Omissões da denúncia ou queixa.....	993
5.3. Hipóteses de nulidade relativa .....	994
6. Momento Oportuno para Arguição de Nulidade.....	995
6.1. Súmula 160 do Supremo Tribunal Federal.....	996
7. Atos Irregulares e Atos Inexistentes.....	996
8. Nulidade em Inquérito Policial.....	999

## CAPÍTULO 20

## RECURSOS

1. Sobre o Inconformismo.....	1001
2. Fundamento Constitucional.....	1003
3. Conceito e Natureza Jurídica .....	1004
4. Generalidades.....	1005
5. Princípios .....	1005
6. Pressupostos.....	1013
7. Interposição e Processamento na Origem.....	1015
8. Efeitos .....	1017
9. Efeito Extensivo.....	1018
10. Deserção .....	1019
11. Recurso <i>Ex Officio</i> .....	1020
12. Dos Recursos em Espécie .....	1022
12.1. Recurso em sentido estrito .....	1022
12.1.1. Cabimento .....	1022
12.1.1.1. Hipóteses de cabimento listadas no CPP.....	1024
12.1.2. Prazos.....	1030
12.1.3. Efeitos.....	1031

12.1.4. Interposição e processamento.....	1031
12.1.5. Endereçamento .....	1033
12.2. Apelação .....	1034
12.2.1. Legitimidade .....	1035
12.2.2. Cabimento .....	1036
12.2.3. Prazos de interposição .....	1040
12.2.4. Efeitos.....	1041
12.2.5. Processamento .....	1043
12.2.5.1. Juizados Especiais Criminais .....	1047
12.3. Correição parcial.....	1047
12.3.1. Processamento .....	1049
12.4. Embargos de declaração .....	1050
12.4.1. Prazos .....	1052
12.4.2. Efeitos.....	1053
12.4.3. Interposição e processamento.....	1053
12.4.4. Interrupção do prazo para outros recursos .....	1054
12.4.5. Prequestionamento por meio de embargos.....	1055
12.5. Embargos infringentes e embargos de nulidade.....	1056
12.5.1. Prazo, endereçamento e efeitos .....	1057
12.5.2. Processamento .....	1058
12.6. Embargos de divergência.....	1058
12.7. Carta testemunhável .....	1060
12.7.1. Legitimação .....	1060
12.7.2. Prazo.....	1060
12.7.3. Efeitos.....	1061
12.7.4. Processamento .....	1061
12.8. Recursos especial e extraordinário .....	1062
12.8.1. Recurso especial.....	1063
12.8.1.1. Cabimento .....	1063
12.8.1.2. Requisitos .....	1065
12.8.1.3. Prazo e endereçamento .....	1066
12.8.1.4. Efeito.....	1067
12.8.1.5. Interposição e processamento .....	1067
12.8.2. Recurso extraordinário .....	1067
12.8.2.1. Requisitos .....	1069
12.8.2.2. Prazo e endereçamento .....	1071
12.8.2.3. Efeito.....	1072
12.8.2.4. Interposição e processamento dos recursos especial e extraordinário .....	1072



12.9. Reclamação .....	1074
12.9.1. Procedimento .....	1075
12.10. Recurso ordinário constitucional .....	1075
12.10.1. Prazos .....	1076
12.10.2. Processamento .....	1077
12.10.3. <i>Habeas corpus</i> como substitutivo do recurso ordinário constitucional... ..	1077
12.11. Agravo nos próprios autos e agravo regimental .....	1078
12.11.1. Agravo nos próprios autos.....	1078
12.11.2. Agravo regimental .....	1080
12.12. Agravo em execução.....	1082

## CAPÍTULO 21

### REVISÃO CRIMINAL

1. Introdução.....	1084
2. Conceito.....	1085
3. Prazo .....	1086
4. Efeitos .....	1086
5. Legitimação .....	1086
6. Cabimento.....	1088
6.1. Revisão de condenação imposta pelo tribunal do júri .....	1092
6.2. Revisão nos juizados especiais criminais .....	1093
6.3. Revisão em sede de execução penal.....	1094
7. Competência para o processo e julgamento .....	1094
8. Procedimento .....	1095
9. Indenização por Erro Judiciário .....	1097

## CAPÍTULO 22

### HABEAS CORPUS

1. Introdução.....	1099
2. Natureza Jurídica.....	1100
3. Conceito.....	1101
4. Modalidades .....	1101
5. Cognição Limitada .....	1102
6. Cabimento.....	1103
6.1. Outras situações não listadas.....	1113
7. <i>Habeas Corpus</i> como Substitutivo de Recurso Adequado .....	1114
8. Restrições Constitucionais .....	1115
9. Legitimidade Ativa e Passiva.....	1115
9.1. Legitimidade ativa .....	1115

9.1.1. Pessoa jurídica como paciente.....	1116
9.1.2. Desnecessidade de advogado.....	1117
9.2. Legitimidade passiva.....	1118
10. Competência Jurisdicional .....	1119
10.1. Decisão proferida por turma recursal de juizado especial criminal .....	1121
11. <i>Habeas Corpus</i> Sucessivos.....	1121
12. Petição Inicial da Ação .....	1124
13. Processamento.....	1125
13.1. No primeiro grau de jurisdição .....	1125
13.2. No segundo grau de jurisdição.....	1127

CAPÍTULO 23  
 RELAÇÕES JURISDICIONAIS COM  
 AUTORIDADES ESTRANGEIRAS

1. Introdução.....	1129
2. Disposições Gerais.....	1129
3. Cartas Rogatórias.....	1130
4. Homologação de Sentença Estrangeira.....	1134

— CAPÍTULO 24 —  
 DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Audiências e Sessões.....	1137
2. Publicidade dos Atos Processuais .....	1138
3. Comportamento Perante o Juiz.....	1140
4. Polícia das Audiências .....	1140
5. Prática de Atos Processuais.....	1141
6. Prazos .....	1142
6.1. Classificação dos prazos .....	1145
7. Retirada de Autos do Cartório.....	1146
8. Custas Processuais.....	1147
9. Estatísticas Criminais.....	1148
<i>Referências</i> .....	1150